

SUS Paulista abre adesão para hospitais municipais neste mês

SUS Paulista abre adesão para hospitais municipais neste mês

Liberação de repasses está prevista para agosto, com base nos processamentos realizados em julho, segundo a Pasta da Saúde

ANGÉLICA RICHIER
angelicarichter@dgabc.com.br

A adesão dos hospitais municipais à Tabela SUS (Sistema Único de Saúde) Paulista começa neste mês, mas os primeiros repasses financeiros aos municípios serão realizados em agosto. A informação foi confirmada nesta quarta-feira (3) ao Diário pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo.

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) assinou em 25 de maio o decreto que incluiu os hospitais municipais no SUS Paulista, bandeira defendida pelo Diário. A publicação ocorreu no mesmo dia no Diário Oficial do Estado e beneficia 13 hospitais do Grande ABC, com previsão de aporte anual de R\$ 223 milhões para a região. Até então, apenas hospitais estaduais

e Santas Casas tinham acesso aos recursos estaduais complementares.

Segundo a Pasta de Saúde, "a adesão dos hospitais municipais à Tabela SUS Paulista terá início em junho. A vigência do programa também começa no mesmo mês, com o processamento dos dados previsto para julho e o início dos repasses financeiros em agosto".

De acordo com o governo paulista, o intervalo até o pagamento segue o fluxo operacional do SUS, que considera prazo médio de 60 dias entre a realização dos atendimentos, o processamento das informações nos sistemas oficiais e a efetivação do repasse financeiro.

A regulamentação estabelece as regras para o custeio complementar de serviços hospitalares de média e alta complexidade realizados di-

retamente pelos municípios. A resolução também contempla serviços públicos municipais de hemodialise, desde que atendam aos critérios técnicos definidos pela norma. O acordo terá validade inicial de 12 meses, com possibilidade de renovação.

Projeções apresentadas pelo Estado apontam que São Bernardo, que possui cinco hospitais contemplados, deve receber cerca de R\$ 8,7 milhões mensais. O maior volume será destinado ao Hospital de Clínicas Municipal, com previsão de R\$ 3,8 milhões por mês.

Em Diadema, a estimativa é de R\$ 1,7 milhão mensais, sendo R\$ 1,5 milhão direcionados ao Hospital Municipal e o restante ao Quarteirão da Saúde. Já Mauá deve receber R\$ 2,1 milhões para o Hospital Radamés Nardini, enquanto Ribeirão Pires terá



SANTO ANDRÉ. Centro Hospitalar Dr. Newton da Costa Brandão será um dos beneficiados com a tabela

previsão de R\$ 205 mil destinados ao Hospital e Maternidade São Lucas.

Para Santo André, a projeção estadual é de R\$ 4 milhões mensais para o Centro Hospitalar Dr. Newton da Costa Brandão e o Hospital da Mulher. Já São Caetano deve receber cerca de R\$ 1,6 milhão para o Complexo Hospitalar de Clínicas e o Hospital Albert Sabin.

HOSPITAL ONCOLÓGICO

O projeto do futuro Hospital Oncológico Infantil Regional poderá ser beneficiado pela Tabela SUS Paulista. A expectativa é do presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e prefeito de Ribeirão Pires, Guto Volpi (PL). O colegiado articula a implementação do equipamento para suprir a demanda deixada pelo encerramento das atividades da Casa Ro-

onald McDonald, em Santo André. A instituição, que oferecia suporte ao tratamento de oncologia infantil, encerrou os atendimentos no ano passado.

A ideia é que a nova unidade seja instalada em parte do terreno pertencente à Santa Casa de São Bernardo. O projeto prevê área total estimada de 9.000 metros quadrados, com 50 leitos, sendo 40 destinados à internação e dez de UTI (Unidade de Terapia Intensiva), capacidade para 200 cadeiras de quimioterapia e 12 quartos de isolamento, além de um complexo voltado à excelência, inovação e humanização, incluindo centro de ensino, pesquisa e inovação, anfiteatro, laboratórios, jardim sensorial terapêutico, espaço para voluntários, sala de treinamento e área de descanso para colaboradores. O investi-

mento estimado para construção e instalação é de cerca de R\$ 91,8 milhões.

"São Bernardo já tem uma área engatilhada para ofertar, enquanto seguimos nessa tratativa e no estudo do impacto financeiro, porque se trata de atendimentos e acolhimentos de alto custo. Não é um tema simples nem de rápida execução. Trata-se de um projeto complexo e que exige investimento muito elevado. Estamos falando de aproximadamente R\$ 91 milhões e como é possível garantir a sustentabilidade financeira de um equipamento tão grande? Temos aí o SUS Paulista. O governador, recentemente, autorizou o faturamento do atendimento público pela tabela. Estamos tentando equacionar um modelo para viabilizar essa solução e ofertar o serviço", explicou Guto.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política **Página:** 3